



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 23 de setembro de 2016

No dia vinte três de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata da 3ª sessão ordinária realizada, no dia 30 de junho, do ano em curso.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade intermunicipal;

4.2– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.3- Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2017;

4.4- Proposta de lançamento da derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2016, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2017;

4.5. Proposta de fixação, para o ano de 2017, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro;

4.6. Participação variável no Imposto sobre Rendimento das pessoas Singulares (IRS) / Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2017;

4.7. Prestação de Contas do Município relativa ao primeiro semestre de 2016;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.8 – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2016 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015;

4.9. Autorização para o aumento do capital social do Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A., por parte de não acionistas, e alteração do respetivo pacto social;

4.10. Contração de empréstimo de Longo Prazo, pelo período de 20 anos, até ao valor máximo de € 2.184.056,23 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, cinquenta e seis euros e vinte e três cêntimos), destinado ao financiamento de investimento “Beneficiação da E.M. 508 – Montalegre – Limite do concelho”;

4.11. Autorização para assunção de despesa plurianual relativa a Contrato Piloto de Gestão de Eficiência Energética ao abrigo do Decreto-lei nº 29/2011, de 28 de fevereiro;

4.12– Projeto de Regulamento de Apoio à produção Pecuária / Raças Autóctones;

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Lúcio Ferreira da Silva, residente na rua 5 de outubro, nº 6 – Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.14- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Manuel Campos Teixeira Canedo, residente em Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. João Campos-Carnes do Barroso Unipessoal, Lda, residente em Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.16 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Catarina Pereira Gonçalves, residente na Travessa a Pacheca, nº 2, Negrões, freguesia de Negrões, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.17. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Rosa Dias Cruz, residente na rua João Rodrigues Cabrilho, nº 13, Lapela, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.18. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Gonçalves Justo, residente na rua da Corujeira, nº 49, Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

4.19 - Pedido de apoio financeiro formulado pela Freguesia de Salto, destinado a apoiar a despesas com o funcionamento do Centro Interpretativo da Borralha;

4.20 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Vila da Ponte, destinado a apoiar obras na aldeia de Vila da Ponte;

4.21 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Pitões das Júnias, destinado a apoiar a dinamização sociocultural e económica da freguesia;

4.22 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Outeiro, destinado a apoiar as obras de restauro do tanque público, na localidade de Outeiro;

4.23 Pedido de apoio financeiro formulado pela Freguesia de Tourém, destinado ao pagamento de apoio técnico no Polo de Tourém do Ecomuseu de Barroso;

4.24 - Pedido de apoio financeiro formulado pela Junta de Freguesia de Cervos, destinado a apoiar a beneficiação de caminhos agrícolas;

4.25- Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre;

4.26- Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e Grupo Desportivo da Associação Recreativa Cultural de Vilar de Perdizes;

4.27- Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo e Cultural de Salto;

4.28- Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis;

4.29 – EHATB, EIM,SA / Relatório de Execução Orçamental reportado ao 1º semestre 2016;

4.30- EHATB, EIM,SA / Informação sobre a Situação Económica e Financeira relativa a junho/2016.

5 – Período após a ordem do dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Efetuu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e dois membros, à exceção dos deputados: Ana Isabel Dias, Nuno Pereira, Manuel Duarte, Alda Malho, António Eduardo Santos, Isabel Cosquete, Jaime Barroso, José Bento Dias e João dos Santos.

No prazo legal justificaram as faltas à sessão anterior os deputados: Joaquim Babo, Marco Sousa, Alda Malho, António Eduardo Santos, José Paulo Pereira, Domingos Costa e Paulo Pinto.

Não justificou a falta à sessão anterior o deputado José Carlos Costa.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente, David Teixeira, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Duarte Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata da 3ª sessão ordinária realizada, no dia 30 de junho, do ano em curso.

A ata da 3ª sessão ordinária, realizada no passado dia 30 de junho de 2016, foi posta à consideração, tendo o deputado Domingos Vasconcelos feito alguns reparos.

O deputado Domingos Vasconcelos entregou o seguinte documento à Mesa: “Apenas foi mencionado na ata um caminho público em Sidrós com os muros cedidos e que a Câmara tem de arranjar, mas não foi isso que eu disse. O que eu disse foi que o caminho das godinhas está degradado, é um caminho público e que a continuar desta forma não se sabe se é público ou privado. Só se veem aberturas nos muros para dar acesso às propriedades privadas, muros caídos dos privados para o dito caminho público e a Câmara deve tomar medidas sobre este assunto. Peço correção da ata. Assinado, o deputado Domingos Vasconcelos.”

Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido, onde realçou a exposição assinada por professores e funcionários do Agrupamento de Escolas de Montalegre, que se anexa a esta ata.

O Senhor Presidente da Assembleia entregou o seguinte documento à Mesa: “Recebi, assinado por vários professores e funcionários, uma exposição que relata alguns aspetos da vida da escola.

Apontam-se factos e procedimentos das instituições que não parecem normais. Há prejuízos pessoais que as instâncias próprias não terão resolvido ou não terão resolvido da melhor maneira. Mas mais do que isso, é a degradação do ambiente de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

trabalho, do prestígio da escola, do interesse público e da confiança nas instituições que está em causa.

Sabemos que há conflitos na escola que atingiram uma dimensão que já não diz respeito só à escola.

Sabemos que há um diretor que foi destituído de funções e suspenso da função pública por 240 dias. Mas que o poder da escola continua em sua casa porque a sua esposa é a sua substituta.

E nem os professores, nem os funcionários, nem os pais, nem os alunos, nem o Conselho Geral sabem porquê, pois ninguém lhes comunicou.

E até à opinião pública chega mal a notícia. Há dois jornais locais que tanto falaram do Conselho Geral e da participação da Câmara, e omitem, escondem, guardam segredo e não divulgam a notícia nem perguntam o que é que terá acontecido para decisão tão pesada, inédita nas escolas e rara na função pública em todo o país.

Permitam-me que pergunte aqui: onde está a transparência e de que é que o Ministério da Educação e a Escola estão à espera para entrar num processo de normalidade?

Para desculpas de alguns, o problema na escola era o anterior presidente da Câmara. Mas ele foi embora há muito tempo. E agora?

Não ceder as instalações à Câmara nestas férias, quando as instalações são da autarquia, mostra bem de onde parte e até onde chega o grau de conflitualidade. Como será internamente!

Há quem não tenha bom senso. Mas quando essa falha está em várias pessoas, nomeadamente em chefias e dirigentes exaltados da função pública, eleva-se o conflito ao caos, que muitas vezes é agravado por conselheiros que ajudam a conduzir ao abismo.

O exercício do poder delegado tem regras, mas há quem abuse. E a lei, mesmo o processo administrativo da decisão, são lentos, e às vezes, propositadamente retardados a repôr direitos e a aplicar sanções. E o que se pede agora? Sejam mais humanos! Acabem com isso! Respeitem as pessoas! Acatem as ordens superiores! Cumpram a lei! Tão só.

Eu compreendo a posição dos senhores professores e o seu desespero perante tudo o que se está a passar.

Sou solidário com eles, com os funcionários, mas é a escola que me preocupa.

Por isso apelo à responsabilidade e ao bom senso de todos.

E o Presidente da Assembleia Municipal está disponível, como estou certo estão todos os órgãos autárquicos, para, junto do Ministério da Educação, onde há gente com muita responsabilidade pelo estado a que tudo isto chegou, pedir uma intervenção urgente, adequada, justa, apaziguadora e normalizadora do ambiente e do funcionamento do agrupamento escolar. Assinado, o Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Rodrigues”.

A Assembleia tomou conhecimento

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso, Fátima Crespo, Marco Sousa, Acácio Gonçalves, Ricardo Moura, Domingos Vasconcelos, Aníbal Ferreira, José Fernando Moura, António Ferreira, João Soares e Fernando Rodrigues.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

As minhas primeiras questões têm a ver com algo que tenho presenciado durante o ano na vila de Montalegre, sobretudo em períodos de festas e feiras: os arrumadores nos parques de estacionamento e os “pedintes” nas rotundas. Sobre os primeiros, penso que não são um bom cartão postal para quem nos visita e sê vê incomodado por eles, sobretudo no parque contíguo aos Paços do Concelho. Sobre os segundos, gostava de perguntar se a Câmara tem conhecimento dos mesmos e se tem emitido (ou se é obrigada a emitir) licenças para a realização desses peditórios. Se não tem, deve estar atenta para punir os prevaricadores pois causam incómodo nas rotundas aos condutores e podem constituir motivo para acidentes. E mesmo as pessoas que ainda param para doar alguma coisa, ficam sempre na dúvida se a instituição e os motivos em causa serão verdadeiros ou não.

Tem-se falado muito nos incêndios nesta sessão e eu gostava de saber se a Câmara está atenta a um problema que eu já levantei em anteriores Assembleias, que é a mata que prolifera bem perto do coração da vila de Montalegre, no loteamento do Cerrado, e que pode constituir um perigo de incêndio grave. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso.”

A deputada Fátima Crespo disse que o Curso do Magistério Primário 1968/1970 de Vila Real agradeceu o apoio prestado pela Câmara Municipal de Montalegre, em especial ao Dr. David Teixeira que ajudou a programar o itinerário.

Uma palavra de agradecimento aos funcionários do Ecomuseu e ao motorista do autocarro que foram incansáveis.

Disse que se deveria tomar providências relativamente à separação do lixo. Em Montalegre ninguém tem esse cuidado. Devem fazer-se ações de formação para sensibilizar as populações.

Manifestou a sua preocupação relativamente ao Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes e disse que, apesar de todo o empenho da autarquia, o evento tem os dias contados. Devia ser repensado pois todos ficariam a perder se acabasse.

O deputado Marco Sousa perguntou se a exposição que foi facultada a todos os membros da assembleia é diferente da análise que foi feita.

Disse que no dia 14 de setembro surgiu uma notícia na comunicação social em que um funcionário da Câmara Municipal de Montalegre teria recebido perto de 250 mil euros, fruto de corrupção. Referiu que sobre isto o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Orlando Alves, deu uma entrevista ao Jornal Público onde diz não saber qual o funcionário visado, mas confirma que a Câmara não afastou ninguém de funções de técnico nesse âmbito. Disse que o Presidente da Câmara disse que já se fala dessas coisas há muito tempo, mas não qual é o funcionário. Confessou que foi testemunhar em tribunal há pouco tempo, mas que não sabe de quem se trata e que não pode tomar medidas sobre uma coisa que desconhece.

O deputado mencionou a ata nº5 de 29.12.2014, aquando da intervenção do Senhor Presidente da Câmara em resposta ao deputado Acácio Gonçalves quando diz que não acredita nos rankings da transparência dos Municípios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre o plano anticorrupção, disse foi o deputado Acácio Gonçalves que aflorou o caso na Assembleia Municipal e que não sabia se existia ou não. No entanto o Presidente da Câmara respondeu que o Plano Anticorrupção existe mas está a ser elaborado um novo. Mal esteja pronto será dado a conhecer.

Na ata da Assembleia Municipal nº2 de 15.04.2016, o deputado Acácio Gonçalves apresentou o seguinte requerimento à Mesa da Assembleia: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do PSD/CDS – “Unidos por Montalegre” requer a V. Exa, conforme já foi solicitado várias vezes em Assembleias Municipais anteriores, que lhe seja enviado o Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, conforme aprovação da Recomendação nº1/2009 Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) entidade administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas.

Perdoar-me-á V. Exa que lhe informe que embora a autarquia prossiga em interesse próprio distinto do interesse nacional em que esse interesse é gerido por órgãos eleitos na autarquia e pela autarquia, embora no exercício da autarquia o Governo exerce uma tutela da legalidade e é no âmbito desta tutela que administrativamente é um controlo extraordinário expressamente previsto na lei, visando preservar o carácter unitário do Estado. Assinado, o deputado Municipal Acácio Gonçalves.” Em reposta a este requerimento, o Senhor Presidente da Câmara disse na mesma ata “Quanto ao plano anticorrupção, disse que pensou que já lho tinham facultado, mas vai tentar que lho façam chegar na presente sessão”. Passados quase dois anos, o deputado perguntou onde está o referido plano.

Sobre a notícia acima discutida, o deputado perguntou se o Presidente da Câmara Municipal de Montalegre tomou algumas medidas no setor de fiscalização de obras após o funcionário ter sido indiciado pela Polícia Judiciária. Disse que este processo já começou com o ex- presidente da Câmara e quer saber quais as atitudes tomadas em relação a este assunto.

Perguntou se o PDM tem sido rigorosamente cumprido e se não existem construções fora do mesmo. Se existe alguma situação de irregularidade, solicita esclarecimento.

Disse que após a saída do arquiteto Jorge Santos em 1990, por que razão a vaga de arquiteto nunca foi preenchida, sendo uma peça fundamental num concelho como o de Montalegre que tem monumentos nacionais a preservar, zonas protegidas e aldeias históricas.

Perguntou se o caso do funcionário já foi levado alguma vez a reunião do executivo municipal e se foi quais as decisões e posições tomadas pelos partidos políticos.

O deputado Acácio Gonçalves manifestou o seu descontentamento com o procedimento da Câmara pois enviaram a documentação para análise dois dias antes da reunião. Se o Presidente não quer informar os líderes dos partidos, não precisa de os enviar, porque não dá tempo de os analisar. Os documentos deviam ser enviados aquando do envio da convocatória.

Disse que Montalegre tem uma praga, conforme disse o 1º Secretário da CIM – a água. Somos dos concelhos com mais barragens e a água vai toda para fora. A Câmara Socialista, que desde 1989 governa o concelho de Montalegre tem-nos atrasado em tudo. O plano de urbanização das margens das barragens do Alto Rabagão foi metido na gaveta. Foi constituída uma comissão e não deram seguimento a nada. Ficou a urbanização das margens por fazer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que a recolha de água da barragem foi tudo feito na surdina e as freguesias em nada foram beneficiadas. O ouro é canalizado sem ninguém se aperceber. Só se pode concluir que há corrupção nas Águas de Trás-os-Montes.

Falou sobre outra praga que são os painéis solares. Disse que está um edital da ARH ligado ao Ministério do Ambiente que notifica publicamente a proibição da colocação de painéis solares e agora vem-se a saber que ao longo da barragem do Alto Rabagão vão colocar 2.550 m² de painéis solares. Perguntou ao Presidente da Câmara se impugnou esta situação.

Disse que se o Plano Anticorrupção estivesse feito, o processo do funcionário indiciado pela Polícia Judiciária podia ter sido evitado. Lamenta que o referido plano não exista à face da lei, pois não foi aprovado na Assembleia Municipal.

Mencionou as palavras do secretário da CIM quando este falou da situação agrícola e ficou admirado quando ouviu que não há gente que queira ir para cursos agrícolas.

Disse que o Centro de Formação da Aldeia Nova é outro crime. Foi destruído e não houve ninguém que o denunciasse. A Câmara, a Cooperativa e a junta de freguesia nada fizeram para evitar tal crime. A conviência também é crime.

Disse que espera que a autarquia acompanhe os projetos apresentados e ficou mais sossegado quando soube que vão ser constituídas comissões técnicas para avaliar o que se irá fazer com esse dinheiro.

O Senhor Presidente da Assembleia, sobre o envio atempado da documentação aos representantes dos partidos, disse que percebe a dificuldade que o estudo dos processos requer e pede aos serviços que sejam mais céleres.

O deputado Ricardo Moura falou da desgraça que devastou a Serra do Larouco – os incêndios.

Disse que viu começar o incêndio em Gralhas e deu para perceber que foi um incêndio encomendado pois em três horas ficou tudo destruído. Todos temos responsabilidades e temos a obrigação de educar o povo, transmitindo-lhe que a floresta é um bem precioso.

Disse que o Larouco é a coisa mais linda que Montalegre tem e agora tem mais gente do que teve durante 30 anos.

Pediu aos Presidentes da Junta, Presidentes dos Conselhos Diretivos e Câmara para se reunirem e arranjam solução de forma a se contrariar esta situação.

Por último, deixou o agradecimento público aos Bombeiros Voluntários de Montalegre que foram incansáveis.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que este ano os incêndios se tornaram uma calamidade. Tem que se acusar os suspeitos de forma a evitar desgraças. Devia haver reuniões com as entidades competentes para se pôr termo a isto.

Informou a Câmara que em Sidrós há uma conduta na rua pública que está rebentada há mais de dois meses e ninguém faz nada. Há um grande desperdício de água e isto não pode acontecer.

Disse que há uns contentores no cemitério de Sidrós que estão junto a um muro e passa lá um rego de água. Os contentores entraram dentro do rego da água e a água entrou para dentro da capela da Santíssima Trindade. Pensa que devem encanar a água que está junto aos contentores e passa dentro de cemitério, o que dá mau aspeto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Perguntou sobre o posto da GNR da Venda Nova, se vai reabrir, se vai passar para outro local e quais as previsões.

Sobre a escola de Montalegre, disse que gostava que o Senhor Presidente da Câmara se pronunciasse sobre o que se passa lá.

O deputado Aníbal Ferreira, sobre os incêndios, disse que o mais importante e condenável é que alguém tenha conhecimento do infrator e não o denuncie. Disse que o Baixo Barroso é sempre a zona mais afetada e deve-se ter coragem de dar a conhecer os infratores de forma a que estes sejam condenados e se evitem mais incêndios. Deve-se ter essa coragem.

Disse que todas as forças políticas devem ter em conta a prevenção para que se delineiem estratégias de sensibilização junto das populações.

Agradeceu o empenho de todas as entidades envolvidas, Câmara, juntas de freguesia, populares e GNR, mas sobretudo dos bombeiros. Pessoas que ultrapassam muitas necessidades, com sede, fome e cansaço e não baixam os braços às dificuldades. Um bem haja a todos.

O deputado José Fernando Moura também agradeceu aos Bombeiros Voluntários de Montalegre pelo apoio dado no combate aos incêndios. Toda a gente sabe quem incendeia mas ninguém acusa. Em Montalegre nunca houve ninguém condenado. Fazem-se reuniões e nada se resolve. Há incêndios todos os anos e ninguém faz ou muda nada.

Disse que há uns anos sugeriu um caminho de Gralhas até ao Larouco que poderia servir como corta fogos, mas foi-lhe dito que o deus Larouco não iria gostar. Pode ser que agora, o mesmo deus goste de o ver todo negro e queimado.

O deputado António Ferreira entregou o seguinte documento à Mesa: “Sobre as notícias que vieram a público através de um comunicado da Polícia Judiciária e que referem a investigação de atos praticados por um funcionário da Câmara Municipal na área do urbanismo, quero, em nome do Partido Socialista, manifestar a confiança nos serviços da Autarquia na certeza de que o Executivo Municipal e o seu Presidente tudo farão para apuramento da verdade e aplicação da lei sobre eventuais irregularidades que possam ter sido cometidas.

Ao que nos é dado conhecer, estarão na origem do processo informações e decisões técnicas e administrativas que podem vir a ser ou não justificadas. O julgamento assim o dirá.

Esperemos que o processo seja célere, que as conclusões sejam conhecidas, para então aí podermos fazer juízo responsável. Assinado, o deputado António Ferreira.”

Disse que o evento “Graf Adventures Series 2016” arrasta a Montalegre gente de todo o lado. Durante estes dias umas pessoas queriam uma sopa e uma sandes de presunto e não os serviram porque já era tarde. Os proprietários do estabelecimento são pessoas que costumam dizer que a Câmara de Montalegre não faz nada para trazer gente ao concelho. Espero que as pessoas pensem nisto e retirem conclusões.

Disse que o que se passa com o Ecocentro é uma vergonha. Tem que se fazer alguma coisa.

Falou sobre a Casa dos Veterinários junto à antiga Cooperativa e disse que à semelhança da Quinta da Veiga, das casas florestais e do Centro de Formação da Aldeia Nova, já começou a ser vandalizada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Louvou e valorizou o trabalho dos Bombeiros. Disse que 90% dos incêndios na zona envolvente ao Sr. da Piedade foi em terrenos particulares. Deve-se insistir com as pessoas para que limpem aquilo que é seu. Vieram dois aviões apagar o incêndio e isso fica muito caro ao País.

Sobre o Agrupamento de Escolas, disse que em tempos fez parte do órgão de gestão e era uma família. Todos se uniam em prol do mesmo objetivo. O que se passa lá atualmente não é próprio de uma gestão democrática.

O deputado João Soares falou da inauguração e abertura da CERCIMONT no dia 15 de setembro de 2016. Uma obra destas no concelho de Montalegre é uma realidade porque alguém quis, acreditou e lutou para que alguns que são diferentes possam ter uma melhor qualidade de vida e não ficassem de lado, nem na berma da estrada da vida. Alguém acreditou e teimou em que algum de nós não fossem filhos de um Deus menor. Deu os parabéns à CERCIMONT bem como à Câmara Municipal, nas pessoas do Fernando Rodrigues e Orlando Alves respetivamente, que tornaram este sonho possível.

Disse que os valores financeiros da recuperação do espaço físico e o protocolo de financiamento daquela instituição por parte da autarquia, não são mais do que a inclusão social daqueles meninos adultos. Valoriza a requalificação do espaço que é um ex-libris da vila, um espaço que nasceu como pólo educativo e foi-lhe devolvida a sua matriz inicial, devidamente apetrechado para a educação e reabilitação de meninos adultos. Montalegre é o único concelho do distrito que assumiu um projeto desta envergadura, que tem uma CERCI e que tem uma resposta social á altura para um problema transversal à nossa comunidade e à sociedade em geral. O país tem 308 concelhos e tem apenas 57 CERCI's espalhadas ao longo do país. Há cinco distritos que não tem nenhuma resposta social para estas pessoas.

Relativamente à Câmara, para além do apoio pessoal, disse que espera que nunca as mãos lhe doam para obras deste tipo.

O deputado Fernando Rodrigues renovou os agradecimentos à Câmara Municipal pela obra da CERCIMONT pois se não fosse a Câmara esta obra não seria possível. Se não fosse o impulso, o investimento e o carinho da Câmara e do pelouro da área social nada seria possível. Pôr o CAO a funcionar e assegurar o transporte de todos os beneficiários não era viável sem a Câmara.

Deixou também o agradecimento ao Governo. Há muito tempo que se procurava um acordo de cooperação para o funcionamento do CAO e só este Governo é que o fez. Agradeceu ao Senhor Ministro e à Secretária de Estado da Segurança Social que foram incansáveis quando o projeto lhes foi apresentado. Foi concedido um apoio com o qual Montalegre não contava. O CAO tem capacidade para acolher trinta alunos e recebe 500€ por cada um. Tem exigência técnica elevada mas gostava que todos os presentes visitassem o espaço e que vejam as diferenças nas pessoas que a frequentam. Estão mais alegres e felizes. Além disto são 12 postos de trabalho que ali se criaram.

O deputado Fernando Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Sobre a questão das notícias que dão nota de um comunicado da Polícia Judiciária em que cita a investigação que envolve um funcionário do Município de Montalegre, e hoje aqui colocada, e porque faz referência ao ano de 2011, data em que eu assumia a presidência da Câmara, (e como fiz na altura sobre a limpidez do concurso da Ponte da Assureira, da decisão política e da opção estratégica do investimento e do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

cumprimento de toda a legalidade) cumpre-me agora também informar o seguinte: sem nunca ter assumido diretamente o pelouro do urbanismo, nunca deixei de estar atento à opinião pública, às queixas e críticas que se faziam ao desempenho do setor, às vezes sem razão.

Mesmo num período de mudança na lei e das novas e apertadas exigências do PDM, a que os munícipes não estavam habituados, e de grande pressão e desenvolvimento urbanístico e construção de armazéns e estábulos, tomei medidas que, politicamente, me exigiram muita explicação e pedagogia e mudei chefias.

Na sequência de informações que chegaram à Câmara, de processos de legalidade duvidosa, mandei proceder a algumas averiguações internas.

Na persistência de dúvidas sobre algumas informações e decisões, dei disso conhecimento ao Ministério Público.

Nunca fui ouvido sobre o assunto nem conheço o desenvolvimento que terá merecido, nem se há alguma relação com a investigação em causa.

Cumpri a minha obrigação como responsável da autarquia e fiz aquilo que a minha consciência determinava.

Pensava e penso que a confiança nas instituições reside na garantia do cumprimento da lei. E que isso tem de ser defendido por todos e mais ainda por quem está investido de funções públicas e que a transparência, que tanto reclamamos, exige sempre o esclarecimento e o apuramento da verdade.

Foi assim na Câmara, comigo, e, não tenho dúvidas que assim continua com a presidência de Orlando Alves. Assinado, o deputado Fernando Rodrigues.”

O deputado Acácio Gonçalves fez uma intervenção em defesa da honra. Disse que falou das Águas de Trás-os-Montes e do Plano Anticorrupção mas as entidades competentes é que têm que averiguar se há ou não infrações.

Disse que o deputado Ricardo Moura falou dos incêndios no Larouco e que estes só pararam quando chegou às pessoas civilizadas em Padornelos. Devia-se ter mais atenção ao que se diz.

Disse que o Presidente da Assembleia se esqueceu de mencionar as pessoas principais que chamaram a CERCIMONT para Montalegre, a Dra. Maria Sanches de Lisboa, Presidente da CERCI de Lisboa, e o Dr. Pedro Mota Soares que era Ministro na altura e veio a Montalegre apadrinhar a situação.

O Senhor Presidente da Câmara falou do caso do funcionário da Câmara indiciado pela Polícia Judiciária e reafirmou que ainda não sabe de quem se trata, pois a autarquia ainda não foi notificada sobre esse assunto. É certo que o tema agrada a muita gente, sobretudo àqueles que se armam em justiceiros. Disse que tem confiança absoluta nos qualificados serviços camarários e agradece as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que expressam que, tal como ele fez, também sabe que agora continuará a fazer-se. Disse que a confiança que deposita nos serviços da Câmara vale mais do que toda a lama que determinados serviços e pessoas são costumeiros em deitar à cara de quem quer que seja. Disse que à justiça o que é da justiça, à política o que é da política e à Câmara o que é da Câmara. A Câmara fez o que devia ter feito. Em 2011 e em tempo oportuno houve um procedimento interno que foi arquivado. A partir daí as coisas transitam para outro palco, mas só depois do julgamento é que se repõe a verdade.

Sobre a entrevista dada, disse que a única coisa que disse foi que não sabe quem é o técnico porque a Câmara não foi oficialmente notificada. Só lhe resta aguardar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

serenamente pela resposta de quem tem o processo em mãos e de quem tem a responsabilidade de o julgar.

Sobre o facto de dizerem que ele desvaloriza os rankings, disse que é verdade até mesmo aqueles rankings que colocam o Município de Montalegre numa excelente posição.

Sobre o plano de gestão de riscos e de infrações conexas, é um plano e não um regulamento que tenha que ser aprovado pela Assembleia Municipal. Foi aprovado pelo executivo e tornado público como manda a lei e foi educadamente entregue ao deputado Acácio Gonçalves.

Sobre o processo de corrupção, disse que realmente foi chamado a depor em tribunal sobre um processo de licenciamento de uma construção. Não sabe se está ou não com tal relacionado.

Sobre os incêndios, disse que obedecem a uma lógica e são atos criminosos. Os criminosos vão connosco ao café. Estão localizados e são pessoas que só pensam no ter e não no ser. Estão localizados nas freguesias de Cabril, Ferral, Covêlo e Vila da Ponte. Foi durante 26 anos Comandante dos Bombeiros de Salto e tem os registos que comprovam as saídas para essas freguesias. São sempre as mesmas a liderar. Temos o azar de ter fracos gestores e pessoas que nos governem, mas pior é não travar o povo que saiba ou conheça os deveres de cidadania. Disse que os 135 milhões que se gastaram no mês de agosto é dinheiro que faz falta para o aumento das reformas, para a educação e para não mexerem no IMI do património individual de cada um.

Realçou o trabalho notável do Vice-presidente Dr. David Teixeira que, como comandante dos Bombeiros de Montalegre, trabalhou dia e noite no combate aos incêndios. O mesmo apreço e destaque vai para Hernâni carvalho, este dos Bombeiros Voluntários de Salto.

Disse que o combate aos incêndios também sai caro ao Município de Montalegre pois gasta-se muito dinheiro em combustíveis, na alimentação dos bombeiros e saliente-se o investimento feito em máquinas para fazer de corta fogos.

Sobre a escola, disse que gostaria que o percebessem pois são águas que não gosta muito de navegar, mas lamenta que haja tanta falta de vontade de manter um ambiente saudável. Compreende o drama dos professores, dos funcionários e até dos alunos que têm que viver num clima onde a formação não se faz. Confessou que tentou demover o atual diretor do agrupamento para que este não se candidatasse, mas a vontade era muito grande. O argumento era o de que iria revolucionar e transformar aquela escola numa escola exemplar. Na prática, infelizmente, não se verifica que assim seja.

Solidariza-se com todos aqueles que se dizem ser perseguidos, com os que sofrem, com os que não são compreendidos e que são vitimizados mas é preciso que toda a gente saiba que se faz mais política na escola do que na Câmara. A Câmara deixou de estar presente nas reuniões do Conselho Geral Transitório e esse era o maior drama que a Escola tinha. Vergonhosamente, nos Encontros de Basto, na presença do Senhor Secretário de Estado, o Diretor do Agrupamento dirigiu-se de uma forma caricata e deu a entender ao Senhor Secretário de Estado o drama que a escola vive: o mau relacionamento deriva da Câmara não estar presente nas reuniões do Conselho Geral, que é onde se faz política e todos os representantes passam as reuniões a criticar a atuação da Câmara. A Câmara já está no Conselho Geral e agora já estão todas as condições reunidas para que aquele espaço seja um espaço de formação, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

civismo, de cidadania e de cultura. A direção da Escola perdeu assim o argumento do mau relacionamento que referi e apresentar sempre como única falha.

Esteve em Montalegre o diretor da DGEST o qual lhe transmitiu que esteve na escola que saiu de lá com uma ideia totalmente diferente da que trazia. Viu que a escola tem tudo o que quer da autarquia. E isso é pura verdade. O executivo assumiu que nunca iriam dar pretexto de que digam que a Câmara não colabora com a escola. Foi assim com o Fernando Rodrigues e será assim com ele.

Disse que deveria vir um gestor de fora tomar conta do agrupamento para pôr tino na forma como um estabelecimento de ensino deve ser comandado e se tiver que se mudar a lei pois, que se mude.

Sobre os arrumadores de carros e os pedintes, disse que é uma vergonha. Só aparecem em dias de feira e a Câmara já pediu colaboração à GNR que é o único organismo que pode intervir.

Sobre o loteamento do Cerrado, informou que se trata de um investimento privado e a Câmara nada pode fazer.

Agradeceu as palavras simpáticas da deputada Fátima Crespo. No que diz respeito à triagem dos lixos disse que é um assunto que, sendo verdade, envergonha Montalegre e quanto ao Ecocentro disse que é mais um péssimo exemplo da falta de consciência que aí vai grassando.

Sobre o Congresso de Medicina de Vilar de Perdizes, referiu que nunca houve tanto empenho por parte da Câmara como agora, mas quem deu corda ao evento para se foi o Bispo quando proibiu o padre Fontes de o organizar. Pensa que o congresso irá terminar quando o criador falecer. Oxalá ele dure muitos anos.

Pediu desculpa pelo atraso no envio da documentação da Assembleia, mas o motivo do atraso prende-se com o facto da reunião de Câmara ser muito próxima da reunião da Assembleia, mas saiu tudo dentro dos prazos estipulados pela lei.

Sobre o plano de ordenamento das barragens, disse que concorda com tudo o que foi dito, mas a barragem dos Pisões é uma barragem de águas públicas e está sujeita a um plano que temos que respeitar. Não é constitucional que um Governo venha impor regras numa zona onde os proprietários de terrenos não podem pastar o seu gado e não se indemniza ninguém. Sendo uma barragem de águas públicas rege-se por um plano de ordenamento que temos que respeitar. Os painéis solares são um investimento da EDP que tem todas as viabilizações da Agência do Ambiente. Os países mais ricos usam painéis solares em todos os espelhos de água. A Câmara não pode impedir o que já está viabilizado por todas as estâncias e é um projeto pioneiro em Portugal. A EDP vai instalar os painéis à tona da água numa zona que é da EDP e a produção que daí resulta é um ganho suplementar.

Sobre o Centro de Formação da Aldeia Nova, salientou que se o silêncio é crime, somos todos criminosos, excetuo aqueles que tiveram e têm responsabilidades políticas e que sempre denunciaram a vergonha do que se lá passa. O mesmo se passa com a Quinta da Veiga e com a casa dos magistrados. Sobre a Quinta da Veiga disse que pediu no mês de setembro de 2015 uma audiência na Direção Geral do Tesouro para abordar este assunto e nunca teve resposta. Ultimamente tem-se dedicado ao diálogo pelo telefone e ontem conseguiu falar com o Sub Diretor do Património, o qual lhe garantiu que na próxima semana já haveria uma resposta. A Câmara já apresentou uma contra proposta no valor de 400 mil euros e estamos a aguardar a dita resposta. Depois desta causa, avançaremos para outros edifícios que nos envergonham a todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre a conduta de água em Sidrós, disse que bastava um telefonema para a Câmara para que se resolvesse o problema, no entanto o assunto já está resolvido. A responsabilidade é de todos nós.

Sobre o quartel da GNR da Venda Nova, afirmou que não há novidades nenhuma. Quando a Administração Interna quiser tratá-lo, trata-se com seriedade e coragem e se for preciso tomar decisões, irão ser tomadas, pois há dois tipos de homens. Os que fazem e os que criticam o que se faz.

Sobre a CERCIMONT e a UCC, já tudo foi dito pelo deputado João Soares e o Presidente da Assembleia Municipal e regozija-se e reconforta-se que em 9 meses de Governação Socialista tenham sido resolvidas duas questões sociais muito importantes para o concelho de Montalegre.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos, Marco Sousa e José Fernando Moura.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que não vem para as reuniões da Assembleia com artimanhas nem para fazer campanha eleitoral.

Sobre o funcionário constituído arguido, disse que até prova em contrário ele é inocente. A ele este assunto não lhe agrada, antes pelo contrário.

Sobre os painéis solares, disse que não se choca que eles ali sejam colocados. A EDP nunca iria colocar uns painéis solares que pusessem em causa a saúde pública.

O deputado Marco Sousa, sobre a escola, disse que o Senhor Presidente da Câmara assumiu que se demitiu de comparecer às reuniões do Conselho Geral e que tentou demover o diretor de candidatar-se à direção da escola. Disse que o clima de instabilidade já existia há muitos anos atrás, quando ele era ainda aluno desta escola. Referiu que já solicitou várias vezes as gravações das assembleias municipais e foi-lhe dito que não era possível.

Perguntou ao Presidente da Câmara se o PDM está a ser rigorosamente cumprido este respondeu que há justiça o que é da justiça e à política o que é da política. Mas quando ele entrou para a Assembleia o atual Presidente da Câmara disse-lhe que tudo na vida é política.

Sobre a CERCIMONT, a bancada do PSD/CDS dá os parabéns a quem acolhe pessoas menos iguais e quem mais precisa. Disse que aceitou o convite e gostaria muito de visitar as instalações e conhecer o espaço.

Não percebeu porque é que o deputado Fernando Rodrigues falou da Ponte da Assureira na sua intervenção. Segundo as suas palavras tomou medidas mudando chefias e originando averiguações internas e deu indicações ao Ministério Público para atuar e isso é porque se suspeitava de alguma coisa.

Salientou que é de louvar que o Presidente diga que tem total confiança nos serviços autárquicos. E em relação à notícia do funcionário indiciado, disse que no próprio dia foi publicada no Jornal de Noticias a notícia com o nome da pessoa.

Sobre o plano anticorrupção, pode não ser um regulamento que seja obrigatório vir a aprovação da assembleia mas em várias reuniões o Presidente disse que o iria apresentar, criando expectativas aos deputados.

Disse que há pessoas que querem preparar as reuniões da assembleia mas com 48 horas de antecedência é impossível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado José Fernando Moura disse que não vai responder às provocações pelo deputado Ricardo Moura pois as pessoas de Gralhas são mais civilizadas do que isso.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a colocação dos painéis solares na barragem não prejudica minimamente o potencial turístico da mesma. Aquele sítio é domínio público na jurisdição da Agência Portuguesa do Ambiente.

Sobre o conselho geral, disse que a Câmara deixou de estar presente nas reuniões pois a legalidade estava sempre em causa. Agora que convidaram a Câmara a incorporar o novo órgão, o executivo lá estará para cooperar responsabilmente. Não se dá cobertura a ilegalidades.

Sobre o PDM, disse que não tem conhecimento de construções que não cumpram as regras.

Sobre o plano anticorrupção, disse que o Dr. Nuno Vaz está a trabalhar nele mas que ainda não o conseguiu terminar.

Relativamente à documentação enviada para os deputados municipais, afirmou que são distribuídos no prazo legal mas reconhece que é pouco e lamenta a pouca ou nenhuma legibilidade de alguns documentos.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida, por esta Comunidade intermunicipal;

O Senhor 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega entregou o seguinte documento à Mesa: “Com o devido e necessário mandato para representar a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, e no cumprimento da Lei vigente, apresentamos o resumo das principais atividades desta Entidade comum e agregadora de vontades dos Municípios.

Tendo em conta que no ano de 2014 (primeiro ano de atividade da CIM-AT), o grande desafio foi elaborar, apresentar, validar e divulgar a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT-AT), tanto no plano interno como no plano externo, o que aconteceu com reconhecido sucesso – lembramos que tal documento é público, referência fundamental para o investimento no território do AT, estando disponível no site da CIM-AT;

Considerando que o ano passado a prioridade foi a elaboração, apresentação, validação e assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT-AT), o principal meio de implementação no terreno da Estratégia atrás referida, do qual demos pormenorizado conhecimento há sensivelmente um ano nesta Assembleia – lembramos que nas 11 prioridades de Investimento que constam no Pacto assinado estão garantidos 45,5 milhões de euros de Fundos Comunitários (que suportam mais de 50 milhões de euros de investimento total).

Sublinhamos garantidos porque essa verba não é concorrencial, está definitivamente alocada no AT.

Montante proveniente do PO Norte (38,7 milhões), PDR (4,7 milhões), PO SEUR (600.000€) e do POISE (1,5 milhões) e distribuídos pelos Municípios segundo a fórmula consolidada: 9% para Boticas, 32% para Chaves, 18% para Montalegre, 8% para Ribeira de Pena, 17% para Valpaços e 15% para Vila Pouca de Aguiar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Acrescentamos que o valor assegurado para o AT corresponde a cerca de 11% do total disponível para a Região Norte, sendo que o Alto Tâmega, correspondendo a 13,5% do território, representa apenas 2,6% da população. Para atingir tal “performance” trouxemos outras variantes à discussão, com destaque para o índice de envelhecimento (2,5 vezes superior à média da Região Norte), níveis de escolaridade substancialmente abaixo da média, menor percentagem de população ativa e muito menor densidade de empresas (5 vezes menor que a média); apesar da também menor taxa de desemprego, melhores indicadores turísticos e balança comercial positiva.

Cumpra, este ano, dar nota da operacionalização do Pacto, de outras candidaturas conjuntas dos Municípios que acrescentam mais fundos de investimento para o Alto Tâmega, bem como de outras ações relevantes.

1. Operacionalização do PACTO:

Antes de dar a conhecer o ponto da situação de cada uma das prioridades de Investimento que estruturam o PDCT-AT, torna-se pertinente informar que a CIM-AT foi constituída como Organismo Intermédio perante a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Entidade que gere os Fundos Comunitários a nível Nacional.

Isto quer dizer que nas Candidaturas apresentadas no âmbito do Pacto, e em que a CIM não é Entidade Beneficiária, a CIM é Autoridade de Gestão, o que significa que faz a análise da elegibilidade das Candidaturas dos Municípios ou outras Entidades Beneficiárias, bem como dos respetivos pedidos de pagamento, assim como acompanha a Concretização das Operações.

Esta atividade estende-se ao PEDU de Chaves.

A gestão e coordenação fica a cargo do Secretariado Executivo, tendo sido criadas três unidades técnicas na sequência da necessária segregação de funções: admissão e análise de candidaturas, análise de pedidos de pagamento e acompanhamento das candidaturas. Secretariado e técnicos adstritos a estas funções participaram, durante o mês de junho, em formação específica para o efeito.

Ponto de Situação

a. Prioridade de Investimento/P.I./2.3 – Modernização Administrativa – O período de candidaturas decorre até 31 de dezembro próximo. Os Municípios são Beneficiários e já foram realizadas várias reuniões tendo em vista a coordenação, compatibilização e complementaridade nos objetivos a alcançar. Estão disponíveis 2,3 milhões de euros para criar redes de serviços partilhados que permitam aumentar, efetivamente, a capacidade de acesso dos cidadãos à informação e utilização de serviços “on line”. Está em causa o reforço da capacidade institucional e a eficiência da Administração Pública. As TIC têm de se constituir fator de desenvolvimento, não obstáculo ao mesmo.

b. P.I./3.4 – Com 4,7 milhões de euros disponíveis, tem duas componentes: Regadios Tradicionais (3,2 milhões) e Segurança de Barragens (1,5 milhões).

Esta última componente é responsabilidade do Ministério da Agricultura e os Beneficiários da recuperação de Regadios Tradicionais são as Juntas de Agricultores. Segundo informação da Direção Regional de Agricultura, o aviso de Candidatura será publicado este mês.

c. P.I./4.3 – Eficiência Energética – Estão disponíveis 7 milhões de euros, também em duas componentes – Edifícios Públicos e Iluminação Pública. Os Municípios são os únicos Beneficiários.

Ultrapassadas algumas questões relacionadas com exigências da União Europeia, aguardamos para breve a abertura do período de candidaturas. Os Municípios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

conhecem a proposta de Aviso a publicar, publicação que certamente acontecerá durante o corrente mês.

d. P.I./5.2 – Proteção Civil – É a prioridade com menos disponibilidade – 600.000€ (500.000 para os Municípios e 100.000 para a CIM). A primeira fase de Candidaturas terminou a 8 de agosto.

Apresentaram candidaturas a esta fase, os Municípios de Boticas e Valpaços. Aguardamos a abertura da segunda fase para apresentar as restantes. Os Municípios concorrem para limpeza de acessos e a CIM para revisão dos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil, com articulação intermunicipal e respetiva cartografia de risco.

e. P.I./8.3 – Criação de Emprego por conta própria – Estão disponíveis 7,2 milhões de euros para o efeito. Aguardamos instruções do Governo.

f. P.I./8.8 – Apoio a Empresas – Disponibilidade de 2,2 milhões de euros. Aguardamos indicações do Governo.

g. P.I./9.1 – Contratos de Emprego/Inserção – Disponíveis 8,1 milhões de euros. A Entidade Beneficiária é o IEFP. Os Municípios têm conhecimento da proposta de Aviso a publicar. Aguardamos decisão final.

h. P.I./9.4 – Apoio a Idosos, excluindo infraestruturas – Disponibilidade de 1,3 milhões de euros. Entidades Beneficiárias são os Municípios ou Entidades por eles indicadas. Já enviamos toda a informação solicitada pela Unidade de Gestão do PO ISE. Aguardamos a publicação do aviso de abertura do período de candidaturas.

i. P.I./9.7 – Infraestruturas Sociais – O Pacto disponibiliza 2,7 milhões de euros nesta prioridade. As propostas estão elencadas, aguardando-se a aprovação da tutela e a consequente publicação do aviso de abertura do período de candidaturas.

J. P.I./10.1 – Promoção do Sucesso Educativo – Disponíveis 4,3 milhões de euros. Seguindo uma linha de atuação que sempre se considerou a mais adequada, reunimos mais que uma vez, Direções dos Agrupamentos de Escolas e Responsáveis Municipais de Educação para apresentar propostas concertadas no sentido de melhorar as aprendizagens tendo em vista o sucesso dos alunos.

Os Agrupamentos de Escolas apresentaram ao Ministério as suas propostas, que estão a ser validadas. Haverá nova reunião conjunta para que os Municípios, Beneficiários nesta prioridade, possam avaliar as verbas a aplicar após a publicação do aviso (que se aguarda) de abertura das candidaturas para esse efeito.

I. P.I./10.5 – Infraestruturas Escolares – disponíveis 5,1 milhões de euros. A apresentação de candidaturas termina em 31 de outubro próximo.

Os Municípios são os únicos Beneficiários.

2. Outras Candidaturas apresentadas pela CIM em 2016:

2.1- Rede de Ecovias Minho – Tâmega – Douro / Ecovia da Água

Candidatura no âmbito do Interreg V A (POCTEP 2014-2020), que no caso do AT apresenta um investimento elegível de 10,8 milhões de euros. Esta candidatura foi apresentada em parceria com a CCDRN, a CIM do Douro e a Deputacion de Ourense. Já ultrapassou as primeiras fases de seleção. Aguardamos a decisão final. O financiamento é a 75% e o total da candidatura ascende a 23 milhões de euros (11 milhões/CIM Douro e 1 milhão/Ourense).

2.2- Qualificação, modernização, Inovação e Promoção da Rede das Áreas de Acolhimento Empresarial do AT – Candidatura elaborada pela CIM e apresentada em parceria com a EHATB. O valor total elegível ascende a 11,5 milhões de euros e os beneficiários são os Municípios. Segundo informação da CCDRN, o Governo chamou a si a análise e decisão final, que aguardamos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- 2.3- Ações Coletivas (3)** – a) Programa de apoio à definição de estratégia de internacionalização e abordagem a mercados prioritários para os produtos endógenos da região do Alto Tâmega (146.751,35€);
b) Programa de atração e fixação de empreendedores no Alto Tâmega (469.452,50€);
c) Programa de apoio ao reforço da competitividade das PME's do setor florestal (469.516,40€).

Esta candidatura já foi aprovada na totalidade.

A CIM tem 24 meses para a executar. O tempo começou a contar em 19 de agosto passado. Total: 1.085.720,25€.

2.4- PROVERE (Estratégia de Eficiência Coletiva) – Candidatura apresentada em Parceria com a ADRAT. Os Beneficiários são os Municípios. Os objetivos são 3: Preservação das Características Ambientais do Território; Valorização e Promoção dos Produtos Territoriais; Consolidação de uma Cultura Histórica Territorial. Água, Natureza e Património são elementos de suporte na Valorização e Promoção do Território. O valor total elegível da candidatura é de 8,4 milhões de euros. As negociações que decorrem permitem concluir que a aprovação poderá fixar no AT cerca de 5 milhões de euros.

2.5- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) – Aprovado. Garante para o AT 2,3 milhões de euros de Investimento total. Beneficiários são os Municípios (com exceção de Chaves) e a CIM (300.000€). Três notas explicativas necessárias: o PAMUS é peça-chave a nível de NUT III para planeamento do sistema de mobilidade e transportes. Constituiu-se referência necessária na elaboração do PEDU de Chaves e dos PARU dos restantes Municípios; Chaves não tem acesso a verbas pelo PAMUS porque para o mesmo efeito tem verbas no PEDU; A verba adstrita à CIM tem em vista suportar custos adjacentes à transferência de competências decorrente da Lei e em análise na Ordem do Dia desta Assembleia.

3.Outras Informações Relevantes

3.1- Concluimos o trabalho que se traduz numa Proposta de Articulação dos Serviços Municipais de Proteção Civil no AT;

3.2- Capacitámos a CIM-AT com um sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações, sistema já testado, que deu suporte à Proposta de Cursos de Formação Profissional para o ano letivo que agora inicia.

O SANQ foi desenvolvido em três eixos: Informação estatística sobre as dinâmicas recentes do Mercado de Trabalho no AT; Informação de base quantitativa sobre perspectivas de evolução da procura de Qualificações; Informação de base qualitativa sobre esta mesma evolução na procura de Qualificações.

Informação oficial que pagamos para adquirir nos diversos organismos nacionais, para além de inquéritos aos empregadores, análise de ofertas de emprego “on line” e outras intenções de recrutamento.

Foram realizadas reuniões presenciais com empregadores (para além dos referidos inquéritos) com os Agrupamentos de Escolas, com os Municípios e outros agentes por estes apontados, nomeadamente o IEFP, a ACISAT e a ADRAT.

3.3- Continuámos, em 2016, a proporcionar formação para colaboradores dos Municípios em áreas fundamentais de gestão por estes solicitada.

3.4- Temos vindo a fortalecer, como é visível, as parcerias com a ADRAT, ACISAT, outras CIM, Universidades e Politécnicos tendo em vista o desenvolvimento das pessoas e do território.

3.5- Elaborámos e demos execução, em tempo, a todas as propostas aprovadas em Conselho Intermunicipal ou solicitadas pelos Municípios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Duas dessas propostas estão presentes nesta Assembleia, sendo as únicas que carecem de aprovação deste Órgão Autárquico.

3.6- Mantivemos contactos, em representação dos Municípios, com Entidades Externas, nomeadamente, DGESTE, CNCFS, ANQEP (SANQ), IEFP (Porto), AICEP, TPN, E ACES, para além dos Ministérios da Justiça, Ambiente, Planeamento, Saúde, Educação e Secretarias de Estado das Autarquias Locais e Comunidades.

3.7- Antes de concluir esta informação, dou nota a Esta Assembleia que a CIM apresentará, até dezembro, Candidaturas à Assistência Técnica, Planeamento em Alterações Climáticas, Parque Imaterial do AT e no âmbito da Carta de Compromissos em 4 áreas – Empreendedorismo Social, Marketing Territorial, Transferência de Tecnologias (Agro- alimentar) e Formação.

3.8- A concluir, uma referência para o apoio prestado às Candidaturas que Entidades Públicas ou Privadas do território entendem apresentar. O desafio que a todos se nos coloca é de mobilização e participação ativa na tarefa comum: continuar a fazer do nosso espaço territorial em lugar atrativo e agradável para viver, trabalhar e apreciar. Assinado, o Secretário da CIM, João Batista”.

Inscreveu-se para intervir a deputada Fátima Crespo.

A deputada Fátima Crespo felicitou o 1º secretário da CIM pela informação prestada. Disse ainda que ficou orgulhosa por ouvir dizer que Montalegre, em termos de execução de projetos, está muito à frente dos outros concelhos. Deve ser motivo de orgulho.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado João Soares.

O deputado João Soares felicitou a autarquia pelo investimento na área social. Felicitou também a autarquia pela valorização patrimonial feita em todas as aldeias. Congratula-se com a dotação financeira para a promoção do mundo rural, da cultura, do turismo e do desenvolvimento económico do território.

Além da Câmara, elogiou o Governo pois cumpriu-se com Montalegre. Não falta a compromissos e empenhado na obra que a Câmara apresenta como projeto de vida para o concelho de Montalegre – a Unidade de Cuidados Continuados, em que o Governo vai investir 1 milhão por ano e isto representa 40 postos de trabalho, uma valorização extraordinária para Montalegre.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.3- Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sítos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2017;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Acácio Gonçalves.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “À semelhança do que já tem sido dito por outros deputados e por mim, nesta e noutras sessões, a gestão da taxa do IMI deve ser algo a utilizar para punir os proprietários de casas e terrenos abandonados. Claro que é um tema sensível e é difícil aumentar o IMI nesses casos sem legislação própria do Estado. Mas esta via também pode ser importante na prevenção de incêndios. A fiscalização dos terrenos por limpar também deve ser mais apertada, sobretudo daqueles nas envolventes das nossas vilas e aldeias. Assinado, o deputado Municipal Pedro Barroso.”

O deputado Acácio Gonçalves falou dos casos dos prédios que se encontram devolutos e do mercado de arrendamento. Disse que o mercado de arrendamento não pode ser penalizado por um diploma que não os abrange. Disse que nas aldeias 80% são prédios devolutos e aqui começa a guerra. Deve ser ponderado.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara vai dar o pontapé de saída de um trabalho que é difícil e que vai demorar anos a ser consolidado. Os prédios devolutos, os prédios abandonados, os prédios degradados têm que ter solução. Primeiro vai fazer-se o cadastro da propriedade rústica. É um trabalho que tem que ser feito com coragem e conscientes de que este é o caminho. A estrutura fundiária e a floresta é a base da sustentabilidade da terra.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

4.4- Proposta de lançamento da derrama e da definição da respetiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2016, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2017;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa disse que a bancada do PSD/CDS vota contra sempre pelos motivos que defendeu em anos anteriores. Sob ponto de vista económico, o facto de se ter derrama é inibidor do desenvolvimento da atividade económica. Um investidor que queira investir em Montalegre tem que pagar este imposto e isso pode pesar na decisão, pois há outros municípios que não têm.

Propôs que se faça o que o Município de Chaves faz, isto é, empresas com domicílio fiscal em Montalegre não pagam derrama e continua a taxar a EDP e os bancos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovada por maioria com seis votos contra dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Domingos Vasconcelos e Pedro Barroso.

4.5. Proposta de fixação, para o ano de 2017, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.6. Participação variável no Imposto sobre Rendimento das pessoas Singulares (IRS) / Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2017;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa disse que da mesma maneira que das últimas vezes a coligação votou contra, também hoje vota. Há uma componente de sensibilidade económica uma vez que o concelho de Montalegre está a ser vítima de uma crise económica e um despovoamento acentuado. Como forma de brinde, a autarquia devia prescindir dessa taxa para estar mais junto das famílias e, na altura em que o rendimento per capita estiver a aumentar, começava a cobrar-se.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que a Câmara vai beneficiar 5% dessa taxa e dessa forma combater a injustiça social. A maioria da população do concelho não paga IRS. Quem irá participar nesta taxa é que o pode fazer. A Câmara só irá fazer a distribuição dessa receita por quem mais precisa.

Deliberação: Aprovada por maioria com cinco votos contra dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa e Pedro Barroso e com uma abstenção do deputado Domingos Vasconcelos.

4.7. Prestação de Contas do Município relativa ao primeiro semestre de 2016;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Marco Sousa.

O deputado Acácio Gonçalves ficou admirado com a notícia da aprovação de um novo crédito, estando a dívida em 5 milhões de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Falou dos créditos que se tem no matadouro na ordem dos 790 mil euros e que espera que resulte a solução da criação de novos acionistas.

Sobre a capacidade de endividamento, disse que está a ser reduzida.

Falou sobre os eventos e disse que se fizer as contas ao dinheiro gasto pela autarquia no desporto automóvel ronda os 750 mil euros. Confrontou-se com o dinheiro gasto na pista e o proveito que nos trazem as outras festas como a Sexta 13, a Feira do Fumeiro, o Ecomuseu e as festas do concelho e o proveito que trazem para a vila. São eventos que movimentam economicamente o concelho. A Sexta 13 e a Feira do Fumeiro trazem inúmeras pessoas e as festas do concelho criam alegria e movimento à vila e apenas gastam 334 mil euros. Isto não pode ser. A despesa com a pista e a Volta a Portugal devem ser ponderadas. Para isso é que existe a contabilidade analítica.

Falou do relatório ROC e do parecer emitido que é bastante desfavorável ao Executivo Municipal. Disse que o parecer emitido contraria tudo o que se tem vindo a fazer. Puseram muitas reservas porque ainda não lhes foi permitido fazer de forma definitiva a avaliação e validação da totalidade dos bens do ativo do Município. Dizem que não foi possível aceder ao saldo dos proveitos deferidos e que tal facto limita o conhecimento e validação do proveito reconhecido no período. Disse que foi constituída em 2013/2014 uma previsão de riscos de encargos associados a encargos com processos judiciais em curso movidos pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Quer dizer que se deve meio milhão de euros às Águas mas não consta no relatório. Daí se conclui que o rendimento líquido é irreal. Pensa que todas as pessoas o deviam ler e os técnicos devem apreciá-lo.

O deputado Marco Sousa, sobre a prestação de contas do 1º semestre de 2016, disse que a posição do PSD é meramente apreciativa e como tal vai abster-se.

Salienta o facto de, pela primeira vez o resultado operacional negativo ser superior a 966 mil euros.

Solicitou o envio de toda a documentação por e-mail.

O Senhor Presidente da Câmara disse que percebe mais de análise de letras do que de números, mas o que lhe interessa é saber que a Câmara tem boas contas, paga bem e atempadamente e tem capacidade de endividamento.

Assumiu que a Câmara Municipal de Montalegre tem uma dívida às Águas de Trás-os-Montes que ronda 1 milhão de euros, mas é uma dívida que não está reconhecida. É uma dívida que está em tribunal e vamos ver qual vai ser o veredicto. Isto deve-se ao facto do protocolo com as Águas obrigava o Município de Montalegre a consumir os mínimos da água bombada dos Pisões que está parada no tanque da Corujeira. Não se está a consumir os mínimos mas todos os meses mandam a fatura para que se pague. Não reconhecemos a dívida porque realmente está protocolado que assumíamos o consumo dos mínimos mas há incumprimento da parte das Águas do Norte que não fizeram as obras que do mesmo constavam.

Lamenta que para o deputado Acácio Gonçalves só os eventos que são feitos ao pé do edifício da Câmara é que são importantes. Os que dão prestígio à terra, os que trazem gente a Vilar de Perdizes, a Salto e às outras freguesias são despesas inúteis.

Está neste momento em fase de apresentação um projeto de intervenção na pista que vai custar muitos milhões de euros e vai ser esse projeto que no dia 14 de outubro vai ser apresentado na FIA para se tentar negociar a continuação por mais cinco anos da prova mundial de ralicross. Pensa que ninguém aceitará que se perca essa prova para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

outros municípios. Vai-se analisar se se tem capacidade para aguentar financeiramente uma prova deste tipo. Fica-se a saber que se dependesse do CDS/PP a prova não se faria. São opções que se devem respeitar, mas é essa a grande diferença entre as forças políticas que representamos.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que apenas comparou os gastos que as várias atividades exigem e que uns eventos dão mais lucro à vila do que outros. Se tivesse especificado como o senhor Presidente o acusa de ter feito, teria que ter perguntado quais foram as receitas das bilheteiras, quanto deu o Automóvel Clube de Vila Real, quanto dinheiro deixaram os turistas que foram à pista e nem à vila vieram. Diz que na apresentação das receitas não vêm discriminadas as receitas da pista, pois nunca foram contabilizadas. Disse que o dinheiro gasto na pista devia ser gasto no saneamento e águas pois no ano civil em curso ainda nada investiram nesta área e estava previsto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os documentos apresentados são reportados ao primeiro semestre do ano e ainda não estava lançada a receita da pista que é de 149 mil euros e que foi dada a conhecer na última reunião de Assembleia Municipal.

Quanto às águas e saneamentos, disse que já está na Câmara há mais de 20 anos e nunca viu esta assembleia a falar em saneamentos como agora, que o orçamento municipal foi reduzido em um milhão e seiscentos mil euros por ano comparativamente ao último ano de exercício do Prof. Fernando Rodrigues. Mesmo assim está em andamento o saneamento de Morgade, vai avançar o de Vilarinho de Negrões, as águas do Telhado também vão avançar, mas milagres não há. E o povo não quer gente milagreira à frente dos destinos da Câmara senão já tinham eleito outro partido. Disse que a situação financeira do Município aponta compromissos assumidos no valor de 2 milhões de euros correspondentes a obras que já estão feitas e que falta pagar. Não vem espelhado nos documentos mas as obras estão a andar. Disse que há Câmaras com a dimensão da de Montalegre que têm de dívida 23 milhões de euros, 17 milhões dos quais são dívida à banca e ninguém diz que elas estão falidas. Alguma coisa está mal nas palavras e no pensar da oposição.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.8 – Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2016 / artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.9. Autorização para o aumento do capital social do Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A., por parte de não acionistas, e alteração do respetivo pacto social;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, Pedro Barroso, Sandra Rua Pinto, Acácio Gonçalves e Ricardo Moura.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que este assunto é muito sério e a Câmara e a Assembleia têm o dever de arranjar uma solução tendo em conta que o Matadouro não pode fechar pois faz muita falta ao concelho e ao Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “A experiência acumulada na minha atividade não me deixa dúvidas que o matadouro é uma peça fundamental para a nossa economia, sobretudo para a produção pecuária e todos temos obrigação de ajudar a resolver este problema que se vem arrastando há anos. O Sr. Presidente da Câmara numa sessão da anterior legislatura, e enquanto vice-presidente, disse que se fosse ele o Presidente, a Administração do Matadouro teria de mudar. Será que agora tem outra opinião? Compreendo que a intenção é que a Coopbarroso venha, a breve prazo, a assumir a gestão do mesmo, mas terá a nova cooperativa capacidade para assumir tamanho encargo? Assinado, o deputado Municipal Pedro Barroso.”

A deputada Sandra Pinto realçou a grande necessidade que o concelho tem em manter aquele espaço aberto. Seria uma grande perda para todos. Não podemos realçar os aspetos pessoais, mas os interesses dos Barrosões. Disse que fala todos os dias com os agricultores e que estes lhe transmitem que se o matadouro fechar, a venda da carne ainda se tornará mais difícil. A economia local iria ressentir-se.

O deputado Acácio Gonçalves disse que sempre disse que o problema do Matadouro não é o serviço, mas sim a administração. Agora já lhe dão razão. Se a Coopbarroso se tornar maioritária já pode fazer as suas exigências e está tudo resolvido. Mas não se pode esquecer o estado de degradação do espaço. Deseja o maior sucesso e espera que a Câmara não se meta em mais nenhum imbróglio.

O deputado Ricardo Moura disse que o Matadouro não pode fechar e têm que ser os Barrosões a ter coragem de manter aquilo vivo. Se ele morresse seria a desgraça do Barroso. Há cada vez mais a aposta na criação de gado e Montalegre precisa do matadouro. Temos a obrigação de defender aquilo que de bom temos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que todos os presentes têm responsabilidades no Matadouro. O problema do Matadouro não é só da administração, mas também. Não se acudiu a tempo e a situação agravou-se. Só há duas hipóteses: ou se tenta acudir ou então o Matadouro terá que fechar até ao Natal. À Câmara só lhe cabe tomar a responsabilidade de motivar novos acionistas e mobilizar os atuais para aceitarem o aumento de capital a agentes exteriores à estrutura acionista atualmente existente. Tem que se ser pragmático pois trata-se de uma atividade transversal a toda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

a atividade económica e ao desenvolvimento turístico, porque se ainda hoje se põe em dúvida a qualidade da carne que se come, com o fecho do Matadouro, a qualidade decrescerá e dúvida passa rapidamente a certeza inconveniente e demolidora. A maior parte das explorações agro- pecuárias do concelho fecham e depois come-se a carne sem se conhecer a providência.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Domingos Vasconcelos.

O deputado Domingos Vasconcelos apelou que se deixe a política de lado. Não se sabe o sucesso do Matadouro mas ninguém quer ser acusado do fecho do mesmo. Tem que se estar unidos neste momento.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que devemos ter esperança e dar todo o apoio ao Matadouro mas a administração nova irá ter os mesmos problemas. Disse que os matadouros só são viáveis quando são municipais e quando as autarquias investem lá dinheiro. A Câmara de Montalegre pôs pouco dinheiro no Matadouro comparativamente com o que o espaço representa para o concelho. Pôs pouco dinheiro porque o espaço não é da Câmara, é uma empresa e houve o entrave legal da injeção de dinheiro por parte da autarquia. Este Matadouro será sempre inviável. Será o apoio da Câmara que o pode suportar. Se o Matadouro fosse transformado numa cooperativa, como fez Vinhais, seria melhor, pois 100 mil euros não é dinheiro para a Câmara tendo em conta a necessidade que o espaço faz aos agricultores.

Deliberação: Aprovado por unanimidade o aumento de capital social Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A. a subscrever pela “Coopbarroso” e aprovado por unanimidade a alteração do respetivo pacto social - Propostas constantes das alíneas a), b) c) e d).

4.10. Contração de empréstimo de Longo Prazo, pelo período de 20 anos, até ao valor máximo de € 2.184.056,23 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, cinquenta e seis euros e vinte e três cêntimos), destinado ao financiamento de investimento “Beneficiação da E.M. 508 – Montalegre – Limite do concelho”;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Marco Sousa, José Fernando Moura e Pedro Barroso.

O deputado Marco Sousa disse que é a solução de ligar Montalegre a Chaves e por consequência à rede de autoestradas de Portugal.

Disse que no site da Câmara, uma notícia publicada em fevereiro de 2012 pelo presidente de então dizia o seguinte “para este ano há já um mealheiro de 4 milhões de euros para a nova ligação a Chaves”. Agora recorre-se ao crédito e bem mas gostava de saber onde está o dito mealheiro.

O deputado José Fernando Moura disse que o empréstimo vai ser aprovado, mas devia ser discutido o traçado da estrada pois é uma via estrutural para o concelho. Se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

a Câmara de Chaves não tem dinheiro e se a de Montalegre tem essa possibilidade, devia-se discutir isso e tomarem-se decisões.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Considero que a beneficiação da EM 508 é importante, pois trata-se de uma via fundamental para o nosso concelho. Ainda assim, a recuperação do antigo traçado não deve ser solução definitiva. Não devemos desistir de fazer uma estrada "decente" como disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Seria uma vergonha para este Município, e para a gestão socialista, se não continuasse a lutar com todas as forças para fazer a estrada pela Ponte da Assureira. Assinado, o deputado Municipal Pedro Barroso."

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu como Presidente de Câmara em 2012 e disse que já falou da Ponte da Assureira anteriormente e que não foi só ele que decidiu avançar com a ponte. Avançou com a ponte por deliberação unânime da Câmara, da assembleia, por decisão da Câmara de Chaves e por decisão conjunta de um projeto do INTERREG que envolvia outras Câmaras do outro lado da fronteira e considerava e continua a considerar que a ligação a Chaves deve ser rápida e de qualidade e que seria a obra das obras. Montalegre tem mais interesse do que tem Chaves na concretização da obra e seria normal, à semelhança do que se fez na estrada para Cabeceiras, que se assumissem compromissos mesmo que parte da obra se realizasse em território de Chaves. O que disse mantém e o que disse na altura estava sustentado com opção estratégica com base no interesse do concelho. A Câmara de Montalegre não fez a ponte da Assureira para ir buscar dinheiro aos fundos comunitários nem para pressionar Chaves, nem por irresponsabilidade. Fez-se a ponte com o compromisso e com a promessa que haveria nova abertura para candidaturas a fundos comunitários que dessem continuidade à obra. Não abriram candidaturas, mas mesmo assim foi lançado o concurso. A obra foi entregue a uma empresa cujo dono o conhecia pela televisão e que a empresa estava perto da falência. Assumi que teve medo de lhe entregar a obra e a opinião técnica também era nesse sentido, mas a obra era muito mais barata. Havia a dificuldade política e económica de entregar à proposta mais cara. Arriscou e entregou à mais barata, muito abaixo do preço base do concurso. Teve medo que a obra ficasse a meio, mas a obra está lá, bem-feita e bem executada.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Ponte da Assureira é um projeto a ser retomado quando se reunirem as condições necessárias para o fazer. O projeto da ponte cai neste momento porque Chaves assumiu que não tem condições para a fazer e isso tem que ser respeitado. O que se vai fazer é fazer uma acessibilidade digna para aqueles que diariamente têm que percorrer aquele trajeto. Disse que a virtude de agarrar o projeto de melhoramento do traçado por Meixide, com a garantia que Chaves arranjará até ao cemitério de Soutelinho. É uma benesse para Montalegre pois a estrada é uma vergonha para nós e para toda a gente que nos visita. Tenta-se pressionar Chaves a intervir e há a promessa de o fazerem.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.11. Autorização para assunção de despesa plurianual relativa a Contrato Piloto de Gestão de Eficiência Energética ao abrigo do Decreto-lei nº 29/2011, de 28 de fevereiro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa concordou plenamente com esta medida de eficiência energética pois o futuro passa pela poupança de recursos. Perguntou se nessa política amiga do ambiente e do consumo energético, a aquisição do led, no valor de 28.500 euros colocado na avenida, está inserido nessa política.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.12– Projeto de Regulamento de Apoio à produção Pecuária / Raças Autóctones;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Fernandes e Pedro Barroso.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “A maioria dos lavradores da freguesia de Salto serão os principais contemplados por esta medida. A freguesia é o solar da raça barrosã, com centenas de exemplares. Aqui se organiza a Semana do Barrosão, em finais de julho. Sempre com enorme sucesso, com a participação ativa da população de Salto e arredores e o Concurso Pecuário Nacional da Raça, no sábado de agosto a seguir à Festa da Senhora do Pranto. Tudo em homenagem a esta raça!

Todos nós sabemos que esta raça bonita, que ainda se mantém graças à dedicação e carinho dos nossos lavradores e que não é a mais rentável. Mas, continua a ser a preferida, pelo gosto e pelo brio que nela tem e que herdaram dos seus antepassados. Há muitos agricultores com trinta, quarenta e cinquenta vacas barrosas, tratadas com muita dedicação e carinho, todos os dias. Acordam a pensar nelas e só se deitam depois de as terem recolhido.

Os reis da Inglaterra e os ingleses deliciavam-se com a sua carne. Sempre que entra em concursos, ganha medalhas de ouro. A carne é uma delícia, saibam os nossos restaurantes comercializá-la!

Este subsídio que em boa hora a Câmara vai atribuir, serve para os incentivar e reconhecer o seu esforço para manter, num clima frio, o gado que melhores características tem para a nossa região.

Com esta medida estou convencido que o gado barrosão vai continuar por muito mais tempo a pastorear os montes e lameiros de barroso. Finalmente, as donzelas de cornos, como alguém lhe chamou, vão ter abono! E bem merecem! Assinado, o deputado Alberto Fernandes.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Antes de mais, sobre o apoio à raça Barrosã, que fique claro que somos totalmente a favor desse apoio e de qualquer outro apoio que beneficie a produção pecuária, e neste caso (como em outros) só peca por tardio. No entanto, sobre o regulamento em causa, há algumas questões que se levantam: Uma vez que o Sr. Presidente afirma que este regulamento é da “sua inteira lavra”, como chegou ao valor dos 50 euros por vitelo e ao limite de 30 vitelos por exploração por ano? Se realmente quer apostar nesta raça não vejo o porquê desta limitação, pois não vejo a diferença entre produzir 30 ou 31 vitelos. Também achamos que o artigo 4, que obriga os produtores a terem residência há mais de 5 anos no concelho é muito limitante, sobretudo quando sofremos tanto de desertificação e queremos atrair pessoas. Mas tal como já aconteceu com outros regulamentos, acredito que este venha a ser melhorado com o tempo.

Por outro lado, queria questionar o Sr. Presidente sobre o que o fez crer que esta medida vá funcionar no gado quando não acredita que seja eficaz nas pessoas, pois sobre uma proposta de apoio ao nascimento de crianças no concelho da oposição, e conforme acta de Câmara de 2/12/2013, o Sr. afirmou: “O apoio à natalidade proposto (pelos vereadores do PSD) é uma cópia do passado e há evidência de que não se aumenta a natalidade por atribuir mil euros por cada nascimento, ninguém toma a decisão de aumentar a prole com base nesse estímulo”.

Ora, quanto à raça Barrosã, concordo que a Câmara pode e deve fazer mais, nomeadamente ajudando a criar linhas de escoamento da carne e torná-la elemento distinto, no sentido de diferenciar claramente entre a carne da raça Barrosã e a outra carne bovina produzida na região. E não seria para prejudicar ninguém, mas sim para premiar quem se continua a esforçar por manter esta raça. E dou-lhe uma sugestão, criar um roteiro dos talhos onde se vende a verdadeira carne barrosã DOP. Outra medida importante seria conseguir trazer o abate dos animais desta raça (atualmente feito a mais de 100 Km) para o Matadouro do Barracão a um preço justo, pois era uma forma de ajudar os produtores e o Matadouro. E não deixo de louvar já as outras iniciativas de fomento da raça, como a Semana do Barrosão e os apoios ao campeonato de chegas de bois *Barrosos* e aos vários concursos pecuários da raça realizados na região.

Termino perguntando se irá haver um apoio semelhante para outras raças autóctones?
Assinado o deputado municipal, Pedro Barroso.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que não há regulamentos perfeitos. Quanto aos limites impostos, disse que o dinheiro não chega para tudo. O regulamento é o ponto de saída para algo que não deve ser estanque nem estático. Iniciativas como a estrada para Chaves, a casa mortuária, a obra do Castelo, as escolas, os saneamentos exigem dinheiro e este não chega para tudo. Tem que haver uma ginástica financeira muito grande para se cumprir com as obrigações.

Terminou dizendo que só tem conhecimento de uma raça autóctone no concelho de Montalegre e é essa a que vai ser apoiada.

Deliberação: Aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Marco Sousa, Pedro Barroso e Domingos Vasconcelos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Lúcio Ferreira da Silva, residente na rua 5 de outubro, nº 6 – Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.14- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. António Manuel Campos Teixeira Canedo, residente em Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. João Campos-Carnes do Barroso Unipessoal, Lda, residente em Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara a informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.16 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Ana Catarina Pereira Gonçalves, residente na Travessa a Pacheca, nº 2, Negrões, freguesia de Negrões, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.17. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Maria Rosa Dias Cruz, residente na rua João Rodrigues Cabrilho, nº 13, Lapela, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.18. Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. José Gonçalves Justo, residente na rua da Corujeira, nº 49, Montalegre, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.19 - Pedido de apoio financeiro formulado pela Freguesia de Salto, destinado a apoiar a despesas com o funcionamento do Centro Interpretativo da Borralha;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.20 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Vila da Ponte, destinado a apoiar obras na aldeia de Vila da Ponte;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.21 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Pitões das Júnias, destinado a apoiar a dinamização sociocultural e económica da freguesia;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.22 - Pedido de apoio financeiro formulado pela freguesia de Outeiro, destinado a apoiar as obras de restauro do tanque público, na localidade de Outeiro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.23 Pedido de apoio financeiro formulado pela Freguesia de Tourém, destinado ao pagamento de apoio técnico no Polo de Tourém do Ecomuseu de Barroso;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.24 - Pedido de apoio financeiro formulado pela Junta de Freguesia de Cervos, destinado a apoiar a beneficiação de caminhos agrícolas;

O Senhor Presidente da Câmara Assembleia informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.25- Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.26- Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e Grupo Desportivo da Associação Recreativa Cultural de Vilar de Perdizes;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.27- Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo e Cultural de Salto;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.28- Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.29 – EHATB, EIM,SA / Relatório de Execução Orçamental reportado ao 1º semestre 2016;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.30- EHATB, EIM,SA / Informação sobre a Situação Económica e Financeira relativa a junho/2016;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas